

# TECENDO A HISTÓRIA DO CURRÍCULO NAS ENTRELINHAS DAS MATERIALIDADES ESCOLARES: o ensino de Línguas Vivas em uma escola feminina (1934-1961)<sup>1</sup>

---

Marta Banducci Rahe

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Eurize Caldas Pessanha

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

## Resumo

Neste artigo buscamos investigar como os artefatos materiais das aulas de Línguas Vivas, aqui tomados como fontes, podem nos ajudar a construir a história do ensino das Línguas Vivas e a conformação de suas práticas seguindo os objetivos e as intenções governamentais de um tempo, nesse caso, o tempo do Ensino Secundário e de um espaço, uma instituição confessional de educação secundária, Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, localizada na cidade de Campo Grande, que no período de 1934 a 1961, ainda pertencia ao estado de Mato Grosso e é hoje capital de Mato Grosso do Sul. Nos achados dos arquivos da secretaria da escola, tais como Relatórios de Inspeção, Relação de materiais, entre outros, e também da seção de livros antigos da biblioteca, foi possível entrever pistas para o resgate da cultura escolar que se externou naquele período e para a explicitação de um currículo para as Línguas Vivas que, embora seguisse as determinações governamentais, muitas vezes adaptava-se para atender às necessidades de seu público e às limitações da cidade.

**Palavras-chave:** História da Educação, Ensino Secundário, Línguas Vivas

## Abstract

The aim of this paper is to investigate how the artifacts of the Modern Foreign Language classes, taken as sources, can help us to build up the history of the Modern Language teaching and the form its practices achieved following the governmental goals and intentions of a time, the time of Secondary Schooling, and a place, a catholic secondary school for girls, Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, situated in Campo Grande, which in the period of this research, from 1934 to 1961, still belonged to the State of Mato Grosso, but today is the capital of Mato Grosso do Sul. In the files of the school admission office, documents such as Inspection Reports, lists of the school materials, “old books” were found. Their analyses showed signs to understand the school culture of that period and the curriculum of the Modern Foreign Languages which tried to follow the government decisions even if sometimes they had to be adapted in order to deal with the needs of its public and the city reality.

**Keywords:** History Education, Secondary School, Modern Foreign Languages

## Introdução

O Ensino Secundário, herdeiro dos colégios constituídos pelas ordens religiosas na Europa no século XVI, mostrou-se, a princípio, como uma forma escolar tradicionalmente literária onde a predominância da cultura geral e o cultivo das humanidades representavam um traço de distinção para aqueles que o frequentavam. A ênfase dada ao ensino das línguas e literaturas clássicas e à retórica deixavam claras as intenções de um curso voltado a uma “elite”<sup>2</sup> letrada que viria a ocupar cargos de destaque na administração tanto pública quanto privada.

Essa perspectiva humanista foi originária de um currículo para a formação dos futuros clérigos e tornou-se o programa oferecido aos filhos dos nobres. Pautado nas aulas de gramática do Latim, aulas de Retórica e Filosofia, manteve-se assim até o século XIX mesmo quando já tinha perdido ou renegado a sua finalidade original de educação cristã.

Anne-Marie Chartier (2005), ao analisar a literatura francesa nas escolas, destaca que os programas dos liceus republicanos no final do século XIX, concebidos por e para a “elite”, mesmo sem o cunho religioso de antes, mantiveram a cultura escolar das humanidades clássicas.

Conforme a autora, isso se justificou em função de uma cultura validada pela instituição escolar desse grupo que, no início dos anos de 1900, pretendeu, através dos republicanos, reivindicar para os filhos do povo a mesma cultura e patrimônios culturais disponíveis a ele, fazendo parte dela os conhecimentos clássicos, literários e linguísticos apresentados na cultura escrita.

No Brasil colônia, a história do Ensino Secundário teve seu início nos seminários e colégios da Companhia de Jesus, cuja presença oficial em nosso país deu-se entre 1549 e 1759. Com as Reformas Pombalinas, os padres jesuítas foram expulsos tanto de Portugal como de suas colônias, com isso, o controle da educação saiu das mãos desses religiosos.

Vieram, então, as aulas régias ou avulsas que, de acordo com Zotti (2005), não alteraram tão marcadamente as características humanista e clássica do ensino jesuítico, pois seus pressupostos educacionais foram mantidos nessas aulas, já que os professores eram, em sua maioria, padres com formação nas escolas jesuítas.

Em 1837, no período regencial durante a menoridade de Pedro II, seguindo o modelo dos liceus franceses, foi criada a primeira escola secundária mantida pelo Império, o Imperial Collegio de Pedro II que, mais tarde, tornou-se referência nacional para o Ensino Secundário. Esse colégio foi concebido com os objetivos de padronizar e modernizar o ensino nos colégios e liceus brasileiros, tanto provinciais como particulares, uma vez que seus planos de estudos e programas deveriam ser seguidos por essas instituições.

A partir de então, viu-se a proposição de seguidas Reformas Educacionais<sup>3</sup> e a definição de Programas de Ensino correspondentes a elas. Nesse momento, eram as tendências europeias do ensino secundário, mais notadamente as francesas, as norteadoras daqueles que pensavam a educação brasileira, cujos discursos sobre o currículo se construía em duas direções, ora privilegiando a cultura científica, como na Reforma Couto Ferraz, em 1854, em busca do conhecimento útil que preparasse os jovens para as mudanças do mundo moderno, ora pendendo para a cultura humanista já instituída, que trazia para as discussões a permanência ou exclusão das línguas estrangeiras clássicas e modernas das salas de aula.

Entretanto, apesar dos frequentes embates em torno de estudos mais científicos ou

literários, ao final do Império, o cenário brasileiro apresentava-se ainda com poucos liceus provinciais, sendo os primeiros no Rio Grande do Norte e Bahia (Souza, 2008) e proliferavam os colégios particulares. Tanto os liceus como os colégios restringiam-se a ministrar as disciplinas necessárias para a entrada nos cursos superiores.

Segundo Souza (2008, p.90), até mesmo a instituição modelar, o Imperial Collegio de Pedro II, “sucumbiu à força desagregadora dos exames parcelados da década de 1870 quando passou a admitir matrículas avulsas e exames finais por disciplinas” e manteve, tal qual as outras instituições, a finalidade preparatória para o ensino superior.

Na República, as primeiras reformas mantiveram as características propedêuticas das escolas secundárias, trouxeram para a pauta as questões sobre a equiparação das instituições ao Ginásio Nacional/ Colégio Pedro II, no sentido de uniformização do ensino, e deram continuidade, de forma mais intensa, às séries de discussões sobre as orientações humanistas ou científicas da educação no nosso país.

Por ainda se tratar de um nível de ensino destinado a um grupo social mais específico, uma “elite” social formada por filhos de grandes fazendeiros, de industriais, de grandes comerciantes, e outros profissionais que constituíam a classe média urbana do país nas primeiras décadas do século XX, o Ensino Secundário pretendia atender um público em busca de um ensino que permitisse o domínio da linguagem erudita, das línguas estrangeiras, da estética literária e também desenvolvesse a formação do estilo e do gosto, além de continuar com sua finalidade maior de ingresso no ensino superior.

Concomitante a essa demanda, era preciso não perder de vista as transformações econômicas, sociais e culturais que os processos de urbanização e modernização provocavam, gerando novas necessidades sociais e concorrendo não apenas para a perspectiva de ampliação da educação secundária no sentido de acolher maior público, como também na direção de se repensar seus padrões de ensino.

Dessa forma, considerar os novos ofícios que surgiam nos diferentes setores sociais e preparar os jovens para as novas funções exigidas por esses setores entraram na pauta de análises sobre a educação secundária, promovendo debates em torno da definição de seu currículo e da inclusão e exclusão de disciplinas que o comporiam.

Na primeira década do século XX, entre críticas e polêmicas sobre a organização, a equiparação e os objetivos do Ensino Secundário, o Governo continuou a estabelecer normas e programas para sua condução. Para os educadores envolvidos nesses embates era preciso que se realizasse a reavaliação desse nível de ensino, pensando no seu sentido, sua duração e suas avaliações, no intuito de responder as necessidades daquela sociedade que se transformava em urbana e industrial.

Nos anos de 1920, por exemplo, questões como a divisão desse nível de ensino em estudos voltados às ciências e estudos voltados às letras, bem como a obrigatoriedade e métodos para o ensino das línguas clássicas, especialmente o Latim, foram consideradas. Não apenas isso, mas também o número reduzido de escolas secundárias e a qualidade delas foram levantadas nas discussões em congressos e fóruns. Com isso, os debates públicos sobre suas finalidades e objetivos trouxeram para as discussões, entre outros, Afrânio Peixoto, Alceu Amoroso Lima, a Liga Pedagógica, a Sociedade de Medicina e Cirurgia e a Academia Brasileira de Ciências.

Afrânio Peixoto saiu em defesa de um ensino secundário moderno, voltado tanto à formação cultural geral quanto à especialização profissional, incluindo o estudo das Línguas Vivas, das Ciências Naturais, das Ciências da Sociedade, das Literaturas e das Belas-Artes. Para Alceu Amoroso Lima o objetivo da reforma deveria ser no sentido de deixar os brasileiros mais americanos, na sua relação de pertencimento ao continente americano e não europeu, para que se formasse aqui a noção de povo e nação. Propôs, então, a criação da cadeira de Civilização Americana para esse fim. (Silva, 1957).

Até a década de 1930, as instituições secundárias estavam mais localizadas nas capitais dos estados, com maior número de matrículas nas escolas privadas, uma vez que ainda eram poucos os ginásios públicos, tendo em sua maioria alunos do sexo masculino. Entretanto, mesmo com as questões em torno de um ensino mais científico, prático e útil, a cultura escolar mantinha-se voltada a um currículo das humanidades onde as disciplinas de línguas clássicas como o Grego e Latim e também as línguas modernas preenchiam grande parte do currículo.

Os anos de 1930 a 1960 foram um período de grandes questionamentos sobre a definição e consolidação do Ensino Secundário no Brasil. Momento em que as Reformas Francisco Campos de 1931 e Capanema, em 1942, ambas durante o governo de Vargas, “ratificaram o projeto cultural de formação da juventude” (Souza, 2008, p.145), alicerçado na organicidade, racionalidade e uniformização.

Nesse sentido e ratificando o forte viés humanista da educação secundária brasileira, neste artigo<sup>4</sup> buscamos investigar como os artefatos materiais das aulas de Línguas Vivas, aqui tomados como fontes, podem nos ajudar a construir a história do ensino das Línguas Vivas e o lugar destinado a elas em uma instituição confessional de educação secundária no sul do estado de Mato Grosso, localizada na cidade de Campo Grande, que no período aqui estudado, de 1934 a 1961, ainda pertencia ao estado de Mato Grosso e é hoje capital de Mato Grosso do Sul.

O recorte temporal foi definido por ser 1934 o ano de fundação do Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora e o ano de 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/61), o momento em que se excluiu o Latim como disciplina obrigatória e se traçou um novo currículo mais flexível e descentralizado, onde as línguas estrangeiras passaram a fazer parte do núcleo das optativas.

Ao longo da pesquisa, à medida que nos aproximávamos das fontes, três ideias destacaram-se nos documentos e materiais didáticos encontrados na instituição, a de modernização, de equiparação e de permanência. A primeira, vinculada às práticas e projetos de modernidade que, segundo Carvalho (2012), eram apropriados das nações e povos considerados modelos de modernidade em termos econômicos, políticos e sociais.

A equiparação cuja concessão, além de dar à instituição a autorização oficial para o funcionamento do Ensino Secundário, conferia ao ensino do ginásio ou colégio maior credibilidade com o público que o frequentava. E, por fim, permanência, tomada aqui em relação às determinações oficiais nas formas de Reformas e Decretos que chegavam às escolas e as reações provocadas por essas determinações, que mesmo que demandando mudanças, encontravam uma cultura escolar instituída cujo “tempo” de apropriação não se mostrava tão imediato.

O Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora é uma instituição confessional para meninas, fundada em 1934 e mantida pela Congregação das Irmãs Salesianas de Dom Bosco ou Filhas de Maria Auxiliadora. Esse ginásio já oferecia à população de Campo Grande o Curso Primário desde 1926.

Pelo Decreto n. 11.470, de 03 de fevereiro de 1943, passou a se chamar Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ofertando os cursos Primário, Comercial Básico, Secretariado (reconhecido em 1934) e o Ensino Secundário abrangendo os dois ciclos. Em 1937, segundo o Ofício n.02, de abril de 1937, o estabelecimento de ensino mantinha, além dos cursos já citados, o Propedêutico e o Curso Normal.

Essa investigação levou-nos aos depósitos, aos arquivos, à biblioteca e ao porão da escola procurando os objetos materiais das aulas de Línguas Vivas, ou os indícios e vestígios deixados por eles com o intuito de respondermos as seguintes indagações:

como se deu o ensino dos idiomas estrangeiros modernos nessa instituição? Como ela conformou suas práticas cotidianas nas aulas de Línguas Vivas para atender às exigências do currículo prescrito que incluía, entre seus requisitos, a adoção do Método Direto e dos materiais didáticos ligados a ele?

No nosso caminho investigativo propomos o confronto dos documentos normativos oficiais, inscritos nas Reformas e Programas, com as fontes encontradas na escola. Consideramos essas últimas fontes como documentos que devem ser lidos levando-se em conta tanto seus propósitos explícitos, o que significa, a intenção de seguir as prescrições curriculares da época, determinadas nas “sugestões” de conteúdos, relações de materiais didáticos, distribuição das disciplinas nas séries, bem como os propósitos implícitos ou não-ditos que são desvelados nas entrelinhas dos discursos produzidos no Livro de Inspeção, Termos de Visita ou nas escolhas de aquisição de materiais para as aulas de Línguas Vivas do ginásio.

Utilizaremos o termo “Línguas Vivas” para nos referirmos aos idiomas estrangeiros modernos ensinados nas escolas secundárias, uma vez que esta era a nomenclatura utilizada no recorte temporal investigado.

A expressão “Línguas Vivas” foi instituída para designar as línguas estrangeiras modernas e faladas como o Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Espanhol ou outros idiomas oficiais, em oposição às línguas denominadas “Mortas” e também às “Línguas Nacionais”. Na França e em Portugal essa denominação ainda é usada, no Brasil, no entanto, foi substituída por “Línguas Estrangeiras Modernas” ou apenas “Línguas Modernas”.

## **O currículo do Ensino Secundário e as Línguas Vivas: entre Programas e Métodos**

Os contínuos debates que se estabeleceram em torno da construção do currículo do Ensino Secundário no Brasil deixam entrever os interesses sociais, políticos e econômicos do período em que se constituíram, além de evidenciarem o discurso de ordem intelectual que permeava essas discussões. Discursos que tomaram a escola como um de seus eixos centrais, assumindo-a como marca de progresso, renovação e modernização.

As propostas de inclusão ou exclusão de disciplinas demonstravam a estreita relação do conhecimento escolar promovido nas instituições com os interesses de determinados grupos sociais. Isso pode ser mostrado, no caso brasileiro, por exemplo, com a Reforma Capanema de 1942, que propôs a manutenção do ensino do Latim e deu destaque ao ensino da Língua Portuguesa, incluindo essa disciplina durante os sete anos de Ensino Secundário.

Essas escolhas foram justificadas em função do processo de nacionalização pelo qual passava o país onde ler, escrever e falar corretamente a língua nacional também fazia parte do projeto. Tais escolhas ratificaram a escola secundária como formadora de um capital cultural evidenciador de saberes instituídos, legítimos e carregados de prestígio, e divulgadora de valores simbólicos e civilizatórios propagados naquele momento da história brasileira.

Isso nos leva a pensar no currículo como um processo social onde há seleção e hierarquização, implícitas ou explícitas, dos saberes estabelecidos, não apenas de acordo com as épocas, o público escolar e as perspectivas pedagógicas, mas também envolvem “conflitos de interesses, relações de poder e elementos ideológicos” (Forquin, 1993, p.146)

Para Goodson (2008), o currículo prescrito explicita as prioridades políticas, sociais e culturais da sociedade, dessa forma, as lutas para sua definição e a história dos conflitos para a sua implantação são fundamentais quando se pretende estudar a escolarização. Como fonte documental, ele “constitui-se em um dos melhores roteiros oficiais” (Goodson, 2008, p.28) para se entender a estrutura institucionalizada da escolarização.

No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, no que diz respeito ao currículo para as Línguas Estrangeiras, o Latim ainda se mantinha como referência do caráter literário e civilizado da “elite” letrada. Entretanto, nesse momento, as Línguas Vivas começavam a ser equiparadas às clássicas, notadamente na carga-horária destinada a elas. O Inglês, o Francês e o Alemão eram obrigatórios nos currículos das escolas secundárias, assim como o Grego.

Na República, foram traçados os objetivos para o ensino das disciplinas do Secundário e, segundo o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, tal decisão fora no intuito de que ele tivesse conteúdo próprio e deixasse de ser apenas um curso preparatório para o ingresso ao ensino superior.

Dessa forma, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, Lei Rivadávia, de 1911, especificou que os programas para esse nível deveriam apresentar um caráter prático e não apenas servir como um meio preparatório para as academias. Para as Línguas Vivas, a ideia de ensino prático aliado a exercícios sobre assuntos científicos, artísticos e históricos começaram a emergir, todavia ainda era muito perceptível nos Programas desse período, bem como no do ano de 1912 para o Colégio Pedro II, a influência dos conteúdos e práticas das aulas de Latim<sup>5</sup> como modelo para as línguas modernas.

Vale ressaltar neste Programa, a proposta do uso do idioma estrangeiro pelo professor durante as aulas de Francês na 2ª série, “Nesta serie do curso servi-se-ha o professor da língua que ensina quando se dirigir aos alumnos, so recorrendo ao vernáculo quando disto houver mister para a clareza da exposição” (Vecchia & Lorenz, 1998, p.187).

Destacou-se, também, nesse mesmo documento, a intenção de se fazer com que os alunos, ao final do curso, fossem capazes de ler, escrever e falar o idioma estrangeiro, bem como apreciar as suas literaturas. Essas recomendações demonstram, ainda que de forma bastante tímida, uma tentativa de se acompanhar as propostas para o ensino dos idiomas modernos que vinham sendo praticadas na Europa, especialmente na França e Alemanha e também nos Estados Unidos, dentre elas o uso do Método Direto<sup>6</sup>.

No governo de Artur Bernardes, Rocha Vaz, então ministro, promoveu a última reforma antes de 1930 que, seguida de longas discussões sobre as finalidades do ensino, pretendeu fomentar uma ampla estruturação do sistema nacional de educação, atendendo ao Ensino Primário, Secundário e Superior. No entanto, não propunha grandes mudanças no âmbito curricular, segundo justificativas que aparecem na Exposição de Motivos,

A preconizada divisão em dois ciclos e a conseqüente bifurcação para melhor preparo das matérias mais recomendáveis a tal ou qual profissão, adotadas em alguns países, originam-se do pressuposto de que é preciso atender, desde cedo, sem perda de tempo, às variadas aptidões dos adolescentes. É um ponto que sofre crítica dos competentes. Diante dos males verificados, para operar desde logo, não podia ter a preocupação de tentar novidade sobre as quais se tenha de manifestar ainda a experiência. (Brasil, 1954, p.253-254)

Entre as questões debatidas sobre as mudanças do Ensino Secundário no sentido de adequá-lo à modernidade está a forte presença das línguas estrangeiras no currículo. A maior polêmica recaiu sobre o ensino do Latim, para alguns de interesse apenas aos eclesiásticos ou à área jurídica, portanto de pouca relevância para as necessidades de modernização do país, para outros um recurso indispensável para se aprender a Língua Portuguesa e sua literatura.

As discussões entre um currículo humanista ou científico tornaram-se ainda mais evidentes depois dos anos de 1920 e ganharam maior destaque com as reformas Francisco Campos, em 1931 e Capanema, em 1942. Ambas acompanharam o momento histórico de intensificação do processo de nacionalização do país. Vale lembrar que as reformas não são determinadas apenas pelos decretos que as instituem, mas também pela percepção e apreensão delas pela escola.

### **As Línguas Vivas no Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora em meio às Reformas Francisco Campos e Capanema**

Durante as visitas aos arquivos do Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora foram encontrados, entre outros documentos, o Livro de Inspeção, de 1934 a 1940, com os termos de visita assinados pelos Inspectores Federais Alvino Correa da Costa e Deusdete de Carvalho, o Livro com a Relação do Corpo Docente de 1934 a 1983, Livros de Correspondências e Expedições e o Livro com o Relatório pedindo a Fiscalização Permanente de 1937, que traz também o Regimento Interno da escola, uma das exigências para a inspeção permanente, assim como livros didáticos utilizados nas aulas de Francês e Inglês.

Há, nessa escola, uma sala ou “depósito” com inúmeros objetos não mais utilizados nas suas práticas, entre eles toca-discos, vitrolas, projetores de slides, gravadores, projetores de filmes, máquinas fotográficas, alguns cartões postais, coleções de discos franceses, coleções de discos de língua inglesa, um curso de literatura inglesa, além de outros materiais como carteiras, bancos escolares, binóculos e alguns armários onde estão dispostos os slides.

Os livros didáticos são os materiais mais preservados, hoje estão guardados em um arquivo próximo à biblioteca da escola, onde também encontram-se edições de revistas pedagógicas, alguns números da revista *Ecos Juvenis*, editada e produzida pelo Grêmio da escola.

Consideramos, portanto, que os objetos têm sentidos e significados. Além de reproduzirem ou transformarem as relações sociais e culturais, mediam e explicitam diferentes interesses e valores, eles se constituem em ferramentas significativas para se pensar essas relações, inclusive aquelas que se estabelecem na escola.

Escolano (2012, p.11) considera as materialidades como “fuentes del nuevo archivo que la arqueología de la educación há configurado a indagar, desde la perspectiva de la historia material, el campo de la cultura de la escuela.”<sup>7</sup>, e que por serem elementos residuais das ações humanas transformam-se no substrato empírico para a construção de uma história escolar.

Sendo assim, os materiais gerados e produzidos para a escola ou pela escola podem ajudar o pesquisador da História da Educação na análise dos indícios das tradições, dos conflitos, das transformações, das permanências que se constituíram nesse ambiente.

No entanto, para que tais artefatos sejam entendidos como fontes documentais portadoras de significados que respondam os questionamentos do pesquisador, é preciso

ir do texto ao extratexto, ultrapassando o processo de catalogação, não sem importância, mas considerando que esses materiais carregam com eles seu contexto de produção, intenções e usos.

Dessa forma, podemos pensar o patrimônio material do passado como o registro das práticas culturais de um tempo ou de todos os tempos, e permeado de marcas e momentos que possibilitam a construção da história. Quanto ao patrimônio material da escola, a sua análise permite acima de tudo perceber que a educação é histórica. Segundo Benito Escolano,

El patrimonio histórico-educativo ha de ser evaluado como un reservorio para ilustrar a las nuevas generaciones en el conocimiento de los modelos pedagógicos que han informado la práctica e la enseñanza en el pasado, de que los somos receptores, y así formar la conciencia de que toda educación es histórica, también la actual, la que sustenta en avanzadas tecnologías que con el paso del tiempo entrarán em los depósitos de las “modernidades abandonadas”.<sup>8</sup> (Benito Escolano, 2012, p.14)

Nessa perspectiva, podemos ponderar que a análise dos objetos encontrados no Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, especialmente aqueles mencionados nos termos de visitas dos inspetores e em algumas listas de aquisição de materiais para a escola, podem nos ajudar a responder as indagações sobre o ensino e a conformação das práticas nas aulas de Línguas Vivas desse ginásio, construindo, dessa forma, a história do ensino dessas línguas nessa instituição.

No Brasil, entre os anos 1930 e 1945 o crescimento da indústria produziu reflexos políticos e sociais importantes, como o aumento considerável da população urbana e de trabalhadores não mais ligados às atividades agrícolas. Nesse período, o governo, nas mãos de Getúlio Vargas, conseguiu manter abertos canais de discussões com a Igreja Católica, com a classe média, em sua maioria católica, e também com o Exército, possibilitando também a integração dos intelectuais e reformistas em torno de seu projeto.

Nesse cenário político, foi realizada a Reforma Francisco Campos que, pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, modificou os caminhos do Ensino Secundário organizando-o em dois segmentos, o fundamental e o complementar. Implementou, definitivamente, o currículo seriado, a frequência obrigatória e a Inspeção Federal equiparando as instituições de Ensino Secundário ao Colégio Pedro II. Nesse sentido, seriam avaliadas tanto as instituições públicas quanto as privadas.

Segundo o Decreto, para serem equiparadas, as instituições deveriam cumprir determinadas exigências como prédios adequados, material didático apropriado, docentes inscritos no Registro de Professores, além do pagamento de uma cota de inspeção.

Seguindo o curso necessário para a equiparação, em agosto de 1937, o Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora enviou um requerimento ao Ministério da Educação e Saúde Pública, pedindo a fiscalização permanente. Em outubro do mesmo ano, o Relatório com todos os requisitos essenciais para a autorização dessa fiscalização foi remetido ao Ministério, contendo a organização administrativa do ginásio, o corpo docente, “constituído por professores registrados no Departamento Nacional de Ensino”<sup>9</sup> (Regimento Interno) e o Regulamento Interno com o Regime Escolar.

Além desses itens, há no Relatório a descrição das instalações discriminando os pavilhões da escola, entre eles os dormitórios, o Salão de Atos, a Capela, as salas destinadas aos instrumentos musicais, a Biblioteca Escolar, bem como o Gabinete de



Física, o Laboratório de Química e o Museu de História Natural.

É também destacado o mobiliário das salas de aula que, segundo o texto normativo, deveria seguir o padrão ligado às noções de higiene do corpo. As cátedras e os armários são mencionadas, assim como sua localização e função nas salas de aula. As carteiras do Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, por exemplo, foram assim descritas, para a “1ª e 2ª séries são duplas e graduadas, da 3ª e 4ª séries são individuais e também graduadas” (RELATÓRIO, 1937). Conforme o mesmo documento,

*As salas munidas de cátedras com as dimensões exigidas e elevação para o domínio da classe, um armário embutido em cada sala, destinado ao depósito do material necessário às diferentes disciplinas da classe: mapas, quadros murais, giz, tintas, artigos para desenhos, etc. (Relatório, 1937)*

A descrição cuidadosa das instalações do ginásio e dos materiais existentes na escola demonstram não só o interesse em atender as propostas educativas das Reformas, mas também e principalmente a possibilidade de obter o reconhecimento oficial a fim de expedir os certificados de habilitação a suas alunas.

Procurando seguir os Programas do Colégio Pedro II, no sentido de acompanhar as propostas do Ministério da Educação e Saúde Pública, o Inspetor Federal, no Relatório de Inspeção, de 27 de fevereiro de 1935, descreveu a preparação do colégio para o início das aulas destacando que o Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora procurava seguir esses programas, inclusive adotando os livros didáticos neles indicados.

*Presenciei os últimos preparativos para o início das aulas. Examinei os livros a serem adotados pelos professores das diferentes cadeiras. Quase todas seguem exatamente os programas emanados pelo Ministério da Educação e Saúde (Relatório de Inspeção, 1935, p.11)*

Se por um lado, a equiparação das instituições ao Colégio Pedro II atendia a vontade política de se criar um novo panorama para o Ensino Secundário com a tentativa de uniformização, por outro caracterizava-o como ensino enciclopédico, altamente seletivo e mantinha sua concepção preparatória para o ensino superior.

Em meio a debates e decisões envolvendo temas abordados pelos intelectuais do Movimento Escola Nova como o currículo escolar laico, articulação entre Ensino Primário e Secundário e atenção aos alunos das classes médias que chegavam à escola, a Reforma Campos reafirmou as finalidades educativas do Ensino Secundário.

Destacando as necessidades do mundo contemporâneo e percebendo a importância de conhecimentos ligados ao saber-fazer, essa Reforma ressaltou o ensino das ciências, cujos procedimentos e ações participariam do desenvolvimento das capacidades exigidas para se formar o jovem com habilidades para atender aos diferentes setores da vida nacional.

Entretanto, manteve, na sua prática, o caráter “elitista” e de alta seletividade muito mais próximo das ideias dos conservadores que dos renovadores, pois não conseguiu romper totalmente com a formação propedêutica, voltada ao Ensino Superior. Prova disso foram as rígidas avaliações pelas quais os estudantes deveriam passar, contendo para cada disciplina, uma arguição mensal, uma prova parcial a cada dois meses e um exame final. Para Souza, essas avaliações eram utilizadas como “mecanismo de seleção e símbolo de excelência escolar” (Souza, 2008, p.152).

Nos documentos do Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora encontram-se os boletins das alunas e muitos livros contendo os relatórios das provas parciais e finais e

os pontos pedidos nelas, entre eles os relativos aos anos de 1935, 1936, 1941 e 1945.

Um aspecto importante para as línguas estrangeiras na Reforma Francisco Campos foi a recomendação e adoção do Método Direto, pela Portaria de 30 de junho de 1931, do Ministério da Educação e Saúde. Para melhor definição do lugar das Línguas Vivas e detalhamento das propostas metodológicas, nesse mesmo ano, no Colégio Pedro II, foi instituída uma comissão<sup>10</sup> com o fim de organizar as Instruções de seu ensino cujas referências seguidas foram as Instruções francesas de 1901<sup>11</sup>.

O documento redigido pela comissão destacou o caráter prático do ensino das Línguas Vivas e a adoção do Método Direto no Colégio Pedro II e nos equiparados a ele. O uso de artefatos auxiliares das práticas é explicitado no Art. 4º que diz,

O ensino será ministrado por meio de quadros, livros e demais objetos que sugiram assuntos para o diálogo. Este deve ser constante entre o professor e entre os próprios alunos sob a direção do professor auxiliar. (Brasil, 1932)

As Instruções Metodológicas<sup>12</sup> traziam o objetivo cultural do ensino de línguas estrangeiras, e deixavam entrever a intenção humanista do currículo ao mencionarem que o ensino de outros idiomas “destina-se a revelar ao aluno, através do conhecimento linguístico, os fatos mais notáveis da civilização de outros povos.” (Brasil, 1932).

Embora a formação da educação secundária estivesse conectada à construção do Estado nacional moderno e aos processos de modernização de suas escolas, nos documentos oficiais, o conhecimento e o ensino das línguas estrangeiras ainda aparece muito próximo da ideia de civilização no sentido de aquisição de valores sociais e culturais das nações europeias e dos Estados Unidos.

Nessa Reforma, as Línguas Vivas obrigatórias tiveram suas cargas-horárias ampliadas. O Inglês passou a ter 3 horas/semanais na 2ª e 3ª séries e 2 horas/semanais na 4ª série. O Francês a ser estudado da 1ª à 4ª séries, com 3 horas/semanais na 1ª e 2ª, 2 horas/semanais na 3ª e 1 hora/semanal na 4ª série. O Latim ficou com 6 horas/semanais.

Segundo Chagas (1967), o professor Carneiro Leão teve papel importante na definição das finalidades do ensino de língua estrangeira tanto no Ensino Secundário quanto na difusão do Método Direto na Reforma de 1931.

É relevante marcar essa experiência como uma tentativa de se atualizar os estudos das línguas modernas nas escolas, mesmo sabendo que havia muitos obstáculos para a implementação desse método, uma vez que ele exigia professores preparados e falantes fluentes do idioma estrangeiro, bem como a aquisição ou feitura de artefatos que complementassem as práticas de sala de aula.

As Instruções para o ensino das Línguas Vivas estrangeiras indicavam o que já se discutia na Europa desde a metade do século XIX, a crescente necessidade de proficiência oral em língua estrangeira ocasionada pelo aumento de oportunidades de comunicação entre países no mundo moderno.

Em seu Art 1º, o documento ressalta o caráter prático do ensino e o justifica na sua finalidade comunicativa e instrumental. Conforme o texto,

Assim compreendido, tem por fim dotar os jovens brasileiros de três instrumentos práticos e eficientes, destinados não somente a estender o campo de sua cultura literária e de seus conhecimentos científicos, como também a colocá-los em situação de usar, para fins utilitários, da expressão falada e escrita dessas línguas. (Brasil, 1932)

O Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, como os demais estabelecimentos

de Ensino Secundário do país, funcionava sob inspeção federal e procurava seguir as disposições sobre as organizações desse nível de ensino, os conteúdos ensinados, os aspectos metodológicos, os livros didáticos e outros materiais sugeridos.

Isso também aparece nos documentos encontrados nos arquivos da instituição como a “Exposição dos métodos de ensino empregados no estabelecimento e os resultados obtidos”<sup>13</sup>, de Dezembro de 1935. Segundo o documento,

*Ensino Direto das Línguas: Pelo que tenho notado em minhas visitas no Ginásio Feminino N.S. Auxiliadora, embora sejam brasileiros os professores, eles exigem na aula o idioma respectivo. O ensino é aqui agradável: eliminam toda a parte meramente teórica e fastidiosa para se aplicar aos casos mais comuns e necessários. (Relatório de Inspeção, dezembro de 1935)*

Nota-se que no Livro de Visitas e Inspeção de 1934-1940, os inspetores, além de mencionarem a ordem, a higiene, o conforto e o aproveitamento das alunas no colégio, descrevem as práticas nas aulas de línguas estrangeiras tendo o cuidado de destacar o uso do Método Direto e dos recursos utilizados pelos professores para sua aplicação.

No Relatório de Inspeção do ano de 1934, por exemplo, o Inspetor Federal Alvinho Correa da Costa descreveu uma aula de Francês e destacou a adoção do método recomendado “*Assistindo a uma aula de Francês, no Ginásio Feminino N. S. Auxiliadora, verifiquei que a professora adota o Método Direto com grande proveito das alunas*” (Relatório de Inspeção, de 28 de agosto de 1934, p.03)

Em outra observação, o mesmo inspetor relatou, “*Muito apreciei as ilustrações das aulas de francês feitas pelas próprias alunas. No percurso das lições, nas páginas do livro adotado, um método atraente e intuitivo*” (Relatório de Inspeção, de 26 de outubro de 1935, p.23).

Em 17 de julho de 1935, o inspetor Deusdete de Carvalho fez a seguinte observação:

*Muito apreciei uma aula de Francês, dada no 1º Ano, por um ótimo método vivo e atraente. As alunas seguem o livro “Heures Joyenses” de Maria Junqueira Schmidt, verdadeiro caderno de exercícios em que se habitua à leitura silenciosa” (Relatório de Inspeção, 1935, p.7)*

Segundo Anne-Marie Chartier (2005), a cultura escolar apresentada pelos saberes impostos pelos programas e projetos educacionais, pelos materiais didáticos, pelas avaliações, pelas tradições de ensino é parte das prescrições estratégicas e da racionalidade discursiva e, sendo uma “representação instituída” é um objeto de lutas e negociações onde,

*A cada geração, corporações, grupos de interesse, militantes e especialistas discutem para fazer prevalecer seu ponto de vista, impor seus objetivos ou seus saberes disciplinares. Outros querem manter seus privilégios ou fazer reconhecer seus direitos. (Anne-Marie Chartier, 2005, p.25)*

A menção aos livros didáticos utilizados nas aulas, a preocupação em enfatizar o método e o caráter prático da educação sugerem a intenção dessa instituição de acompanhar os objetivos renovadores propostos para o ensino das Línguas Vivas com a Reforma Capanema e o acompanhamento dos Programas oficiais.

Esses relatórios, além de externarem as práticas inovadoras, dão indícios de uma

relação de troca entre os interesses da instituição na obtenção e manutenção do status de equiparada ao Colégio Pedro II e os interesses do Estado no sentido de atendimento às propostas de modernização e padronização do ensino.

A necessidade de se formar os profissionais para o Ensino Secundário fez com que o Ministério de Francisco Campos pensasse na sistematização das universidades e o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, dispôs sobre a organização técnica e administrativa dessas instituições. Foi, então, criada a Faculdade de Filosofia, sendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, as primeiras a oferecerem esses cursos. Os professores de línguas estrangeiras eram formados nas modalidades escolhidas entre: Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas.

O Ensino Secundário na Reforma Campos possibilitou a padronização do currículo e do regime didático das escolas e pretendeu um equilíbrio entre os conhecimentos literários e os científicos, seguindo a pedagogia moderna e atendendo as propostas liberais e renovadoras da educação. Entretanto, o preparo para o ingresso no Ensino Superior, apesar das mudanças ocorridas nesse período, ainda se mostrava como a principal finalidade da educação secundária.

Esse pensamento justificou a desvalorização dos cursos técnicos diante do prestígio dado aos cursos acadêmicos e a escola secundária propedêutica mostrou-se, como já vinha sendo percebida, um instrumento não só de qualificação, mas também de ascensão social.

As sucessivas discussões sobre os estudos clássicos ou científicos ocorridos ao longo dos anos de 1930, mostraram que o país passava, mais uma vez, por um período de redefinições do papel do Ensino Secundário. Houve a tentativa de se estabelecer um Plano Nacional de Ensino que não se efetivou e o Ministério da Educação e Saúde, promoveu, então, entre os anos de 1942 e 1946 reformas que se constituíram nas Leis Orgânicas do Ensino, Decreto-lei n 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

Para o secundário, a Reforma Capanema, de 1942, instituiu a lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei n 4.244, de 9 de abril de 1942, expondo seus propósitos de ênfase aos estudos das humanidades e concretização do processo de nacionalização do ensino, cujo objetivo seria dotar a escola de um papel de construtora da identidade nacional auxiliando na manutenção do projeto político do governo Vargas.

As escolhas das línguas que se tornariam disciplinas do currículo demonstravam os interesses políticos e sociais do governo em relação ao Ensino Secundário. Considerar, tal qual Forquin (1993), que os conteúdos escolares possuem valores que vão além do saber estrito leva a perceber como a língua portuguesa ensinada nas escolas secundárias carregava também o objetivo político de promover a identidade e integração nacional.

Segundo Souza (2008), era recomendado que os alunos do curso ginásial tivessem livros de leitura, uma gramática e um dicionário, onde o conhecimento da língua seria pautado no ensino do vocabulário, na ortografia, e nas formas corretas obtidas através da leitura de textos em sua maioria literários.

Na relação dos livros didáticos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, para o ano de 1945, aparecem para a disciplina de Português, o *Compêndio de Língua Portuguesa* de Artur de Almeida Torres e *Nossa Linguagem* (para leitura) de Arlindo Drumond Costa, a *Gramática Histórica* (Apontamentos do professor). Para o Latim estão os livros: *Elementos da Língua Latina* de Napoleão de Almeida e *Gramática Latina* de João Ravizza, para o Inglês, *English (2nd grade e 4th grade)* de Isabel Junqueira Schmidt e *Spoken and Written -2nd year* de Belisário dos Santos, para o Francês a

coleção de Luise Jaquier e Munzinger, *Première, 2ème, 3ème Année de Français*.

No depósito de livros antigos da Biblioteca da escola estão guardados exemplares de Francês e de Inglês que foram utilizados nas aulas de Línguas Vivas, entre eles, *Le Français au Gymnase*, de Marcel Dubrot, para a 1ª e 2ª séries, de 1954, Editora do Brasil S/A.

Esse material traz as suas lições conforme o Programa de Francês expedido pela Portaria Ministerial n. 170, de 11 de julho de 1942, acompanhando os temas para conversação, leitura e exercícios orais e escritos. O documento sugere assuntos como a escola, as cores, o corpo humano, a casa, a família. O livro de Dubrot acompanha com precisão as propostas do documento trazendo, inclusive, em suas páginas iniciais o Programa para a 1ª e 2ª séries.

A tendência humanista da Reforma Capanema fez com que o Latim voltasse para os quatro anos do ginásio. Na Exposição de Motivos que acompanhou o projeto de sua reforma, o Ministro justificou a presença do Latim por ser seu estudo base das culturas ocidentais e alicerce para o estudo da língua nacional uma vez que, “sem o latim, especialmente o conhecimento da língua nacional, por mais ilustração que tenha, será sempre um saber marcado de insegurança e lacunas, e como que envolto em uma certa obscuridade” (Chagas, 1967, p.116).

Para as Línguas Vivas exemplificou com o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras no ensino secundário das nações “cultas” e por vezes três, quando a língua nacional “não constitui um instrumento de grandes recursos culturais” (Chagas, 1967, p. 116), considerando ser este último o caso do Brasil, propôs o Francês e o Inglês pela importância desses idiomas na cultura universal e pelos vínculos que aproximavam nosso país da França, Inglaterra e também Estados Unidos.

Enquanto o Alemão era retirado do currículo, o Espanhol entrava em cena nos programas do curso científico e clássico, por ser a língua falada por quase todos os países americanos. De acordo com Picanço (2002), por ser uma língua cultural e bibliograficamente relevante, com autores como Cervantes e Lope de Vega. Além disso, de acordo com os Motivos de Capanema, o ensino desse idioma seria “um passo a mais que damos para a nossa maior e mais íntima vinculação espiritual com as nações irmãs do Continente”. (Chagas, 1967, p.116)

A partir de 1944, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora iniciou o curso Colegial e o Espanhol aparece, então, como idioma estrangeiro ensinado no 1º ano. (Relação do corpo docente – 1934 a 1983)

Assim como havia sido aconselhado o Método Direto para o ensino do idioma estrangeiro pela Reforma Campos, na gestão do ministro Capanema, as Instruções Metodológicas sugeriram a manutenção do método vigente, porém, as indicações de seu uso ficaram mais próximas do Método Científico<sup>14</sup>.

A adoção desse método, seguindo os objetivos instrumentais, educativos e culturais para o ensino de idiomas estrangeiros, foi exposta na Portaria Ministerial 114, de 29 de janeiro de 1943. Embora as recomendações oficiais fossem claras, o que se verificou nas salas de aula foi uma prática voltada à leitura de textos simplificados.

Na verdade, na Europa, desde a segunda década de 1900, havia uma busca de um caráter mais científico para se ensinar a língua estrangeira. Na França, Inglaterra e Alemanha trabalhos vinham sendo publicados propondo um enfoque científico para essa área, uma vez que as outras áreas como a Linguagem, Geografia, História, Aritmética e Geometria e as Ciências Naturais já procuravam, desde o final do século XIX, desenvolver propostas analíticas para as suas atividades pedagógicas.

Nos Estados Unidos e Canadá foi, então, feita uma pesquisa bastante abrangente denominada *Modern Foreign Languages Study*, durante os anos de 1924 a 1927, que

resultou em 19 volumes publicados de 1927 a 1932, com propostas para o ensino de línguas estrangeiras nas escolas, dentre elas, discussões sobre a formação de professores, a influência do ensino de línguas estrangeiras no estudo da língua vernácula, determinação objetiva de vocabulário e de expressões idiomáticas no francês, inglês e espanhol, aplicação de testes pedagógicos e psicológicos no ensino de línguas estrangeiras e pesquisas de laboratório sobre a importância da leitura. (Chagas, 1967).

Para as escolas brasileiras, as Instruções preconizavam exercícios que conduzissem a uma “repetição inteligente e proveitosa da matéria lecionada” (Chagas, 1967, p.118). Para as aulas de fonética surgiram os discos, para o ensino do vocabulário, todo o tipo de material que pudesse levar à associação entre o signo e significante. Nesse sentido, os professores deveriam utilizar lápis e giz coloridos, livros com capas coloridas, cadernos, caixas de papelão imitando relógios entre outros artefatos materiais.

Num momento posterior, foram incluídos os quadros-murais, as fichas com pequenas histórias, discos com canções populares, fábulas. Quanto ao francês, as sugestões eram fábulas de La Fontaine e canções dos contos de Perrault. Foi recomendada a instalação de uma pequena biblioteca nas salas de aula com obras referentes aos séculos XVIII, XIX e XX.

No Relatório enviado à Diretoria do Ensino Secundário, referente aos anos de 1945-1946, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora apresenta a lista de materiais adquiridos para as aulas de línguas estrangeiras modernas e menciona um espaço para as atividades, a Sala de Línguas Vivas.

Encontram-se nesta sala os seguintes materiais didáticos: uma electrola, uma vitrola, dois aparelhos cinematógrafos, coleção de livros franceses, ingleses e americanos, coleção de filmes em francês, inglês e português. Coleção de cartões postais e gravuras, bem como alguns objetos destinados à iniciação de conhecimentos da civilização estrangeira. (Relatório de Inspeção de 1945-1946)

Se retomarmos as condições para que as instituições tivessem o título de equiparadas ao Colégio Pedro II, verificaremos que uma delas diz respeito aos materiais didáticos utilizados nas aulas das diversas disciplinas. O Relatório acima procura apontar em detalhes aqueles destinados às Línguas Vivas, alguns foram encontrados no depósito do colégio como uma coleção de discos franceses e outra de discos ingleses.

Não conseguimos comprovar se eles foram efetivamente utilizados, mas certamente sua aquisição está também ligada ao cumprimento das exigências do Ministério da Educação e Saúde.

Enquanto nos documentos oficiais as mudanças apareciam com clareza no sentido de acompanhar os pensamentos pedagógicos renovadores que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos, na prática cotidiana da escola não foi possível perceber tal refinamento.

Para Souza (2008), a organização dos programas do Ensino Secundário, a ampliação dos conteúdos selecionados para as diferentes disciplinas, o sistema rigoroso de avaliação inviabilizaram a utilização das metodologias mais modernas. Sendo assim, em 1951, foi estabelecido um programa mínimo para o Ensino Secundário sem alterar as finalidades e a organização do currículo desse nível.

Os anos de 1950 a 1960 foram expressivos não só para a expansão do Ensino Secundário no Brasil, como também para sua redefinição. Houve um avanço visível em relação ao número de estudantes, mesmo que ainda fosse um contingente pequeno da população. O aumento no número de estudantes cursando o ensino secundário trouxe para os colégios um público diferente daquele que os frequentava até então.

Na década de 1950, a cultura escolar presa às tradições da escola humanista já não correspondia às exigências de um país que se industrializava e precisava de mão de obra para atender essa demanda. A presença mais marcante da classe média urbana e um pouco mais tímida dos jovens das camadas mais populares, fez com que as questões sobre a reestruturação do ensino secundário fossem discutidas com mais vigor, especialmente aquelas voltadas às finalidades do ensino, à formação dos alunos e às renovações didáticas propostas pelo pensamento pedagógico da época.

Em 1961, após 13 anos de tramitação no Congresso, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 4.042/1961- que, caracterizou os cursos secundários, técnicos e de formação de professores como prosseguimento da escola primária, passando, portanto, todos os cursos médios para sete anos de duração, quatro anos de ginásio e três de colegial. Ao final destes, o aluno tinha acesso ao ensino superior por meio do vestibular.

Além disso, conferiu certa autonomia ao currículo da educação secundária, incluindo as disciplinas optativas, “de livre escolha pelo estabelecimento” (Brasil, 1961, p.75). No rol das optativas estavam as línguas estrangeiras modernas para o ginásio e o Grego para o colegial.

Dois anos após a implantação dessa lei, em um estudo realizado pela Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, constatou-se que entre as línguas estrangeiras modernas, o inglês, em função da hegemonia estadunidense neste período, era o idioma mais escolhido pelas escolas.

Mesmo que na década de 1960 já se esperasse um currículo com orientação mais científica e voltado para o trabalho, percebe-se que o Ensino Secundário ainda se mantinha como fim para o ensino superior. Com isso, a cultura literária conseguiu manter sua legitimidade nos ginásios e colégios.

## **Considerações Finais**

As reformas educacionais discutidas neste texto permitem constatar que, mesmo entre debates acirrados sobre um ensino secundário mais científico, privilegiou-se, no período estudado, o caráter humanista da educação e com ele o ensino das línguas nacional e estrangeiras que mereceram um lugar de destaque no seu currículo.

A instituição do Método Direto e das Instruções para a sua implantação e execução nos ginásios brasileiros, pelo decreto n. 20.833, de 21 de dezembro de 1931, e posteriormente do Método Científico, exposto pela Portaria Ministerial n.114, de 29 de janeiro de 1943, ratificaram a importância do ensino de idiomas, demonstrada na intenção de se acompanhar as tendências metodológicas empregadas na Europa e nos Estados Unidos.

Confirmando, dessa forma, a ideia de que as decisões tomadas em relação ao currículo escolar e à escolha das disciplinas que o compõem não são isoladas, muito menos neutras, pois incorporam as mudanças e os impactos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade. Destacamos que, nos anos aqui estudados, essas mudanças vieram acompanhadas da ideia de renovação e progresso, gerando com isso, a introdução de inovações pedagógicas e suas tecnologias materiais. Esses elementos aliavam ao progresso os traços de modernização da educação.

Conforme aponta Escolano (2012), as tecnologias materiais escolares tendem a levar as instituições à transformações nas suas rotinas, mudando seu cenário, seu currículo, seus hábitos e suas práticas. Para o ensino das línguas estrangeiras, as duas Reformas analisadas e os métodos recomendados por elas tinham entre seus

procedimentos, o uso exclusivo do idioma estrangeiro nas aulas e a utilização de objetos, quadros e figuras para a explicação de vocabulário, assim como o uso jornais e revistas para as práticas de leitura.

O Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora possui em seus arquivos um documento com a exposição geral dos métodos nele empregados. Os resultados obtidos no ano de 1940 confirmam o uso desses métodos nas aulas de Francês e Inglês. Entretanto, na descrição das práticas, presentes nos discursos dos relatórios dos inspetores, evidencia-se uma forte ligação com aquelas sugeridas pelo Método Gramática – Tradução, tais como ditados frequentes, listas numerosas de vocabulários, formação de sentenças e composições, atividades descritas como trabalhos práticos comuns durante as aulas.

A Reforma Capanema, de 1942, foi um pouco além da Reforma de 1931, propondo a ambientação das aulas e acrescentando a Sala de Línguas Vivas ao rol de salas especiais que já faziam parte das exigências para a equiparação.

O Relatório de 1945-1946 da escola apresenta essa sala e seus materiais. Porém, os inspetores, em seus relatórios, não fazem menção a ela quando descrevem as atividades cotidianas dessas disciplinas. A existência desse espaço ambientado poderia supor o deslocamento das alunas para a sala especial ou até a descrição de um lugar próprio onde se ensinavam as línguas estrangeiras naquela instituição, porém isso não aparece nos relatórios analisados. É importante lembrar que alguns dos objetos citados foram encontrados no depósito da instituição, como as coleções de discos em francês e inglês e a vitrola.

Sendo assim, o que pudemos concluir é que a instituição procurou adquirir os objetos sugeridos pelos documentos oficiais para a efetivação dos métodos instituídos. Esses artefatos chegaram à escola com a proposta de modernização, tanto no sentido tecnológico como de aproximação das tendências metodológicas em voga naquele momento. Contudo, não é possível dizer se eles fizeram parte das aulas de Línguas Vivas como recursos materiais modernos ou se foram comprados como parte da política da escola no sentido de ser e se manter equiparada ao Colégio Pedro II.

Consideramos também que as mudanças na educação levam à mudanças nas práticas educativas e ao surgimento de novas relações e culturas que, na vida escolar, não se instituem num prazo curto, ou no tempo de um Decreto, mas exigem um período mais longo para a apropriação e formação de hábitos dessas novas práticas.

Aliado a isso, no caso dessa pesquisa, devemos levar em conta o espaço geográfico em que o Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora estava localizado. Uma cidade distante dos grandes centros de decisões do país e também da capital do estado de Mato Grosso, incluindo nesse contexto a dificuldade de se encontrar professores preparados para os avanços exigidos pelas Reformas.

Sendo assim, pudemos depreender a presença ainda forte de traços mais tradicionais nas práticas, onde o livro didático e o professor mostravam-se centrais e as opções por ditado, leitura e gramática nas aulas de Línguas Vivas são marcantes nos documentos.

Mesmo descritas como “práticas e agradáveis” ou “aplicadas aos casos comuns e necessários”, durante as aulas de línguas estrangeiras, os professores, segundo o inspetor, “não discutam a gramática, que presta um concurso inestimável à aprendizagem das línguas” (Relatório de 1934). Isso nos traz indícios de que, embora seguisse as determinações governamentais, muitas vezes, essa escola adaptava-se para atender as necessidades de seu público e limitações da cidade.



## Notas

- <sup>1</sup> Este trabalho é a versão ampliada de trabalho publicado em Anais de evento nacional.
- <sup>2</sup> Conscientes da ambiguidade do termo elite, optamos por colocá-lo sempre entre aspas, indicando que, neste texto, designa grupos que constituíam uma parcela muito pequena da população que recebia serviços públicos diferenciados, tal como o ensino secundário que era “para poucos”.
- <sup>3</sup> Reforma Couto Ferraz (1855), Reforma Marquês de Olinda (1857), Reforma Sousa Ramos (1862), Reforma Paulino de Sousa (1870), Reforma Cunha Figueiredo (1876), Reforma Leôncio de Carvalho (1878), Reforma Homem de Melo (1881).
- <sup>4</sup> Este trabalho é parte de um projeto mais amplo, ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO (SÉCULO XX), financiado pelo CNPq, dentro do PROCAD, coordenado pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFMS e UFMG, que pretende analisar os processos de negociações que envolveram a construção do ensino secundário nas cidades no sul do estado de Mato Grosso, no século XX.
- <sup>5</sup> As rotinas praticadas nas aulas de Latim eram voltadas à memorização dos paradigmas gramaticais e à tradução, essa mesma prática permeava as aulas de Línguas Vivas com a indicação de leitura, gramática e versão, deixando de lado, o aspecto comunicativo destas últimas.
- <sup>6</sup> O Método Direto, segundo Richards & Rodgers (2001), marcou o início da era dos métodos no ensino de línguas estrangeiras. Diferente do Gramática-Tradução, ele propunha o uso da língua alvo nas aulas, o ensino da gramática de forma indutiva, o ensino do vocabulário concreto por meio de demonstração, de objetos, de figuras e do abstrato por associação de ideias. Oficialmente aprovado como método de ensino na França e Alemanha no final do século XIX e início do século XX, foi aceito e implantado nos Estados Unidos e Inglaterra, sem se tornar oficial.
- <sup>7</sup> (...) fontes do novo arquivo que a arqueologia da educação configurou para indagar o campo da cultura da escola na perspectiva da história material.” (Benito Escolano, 2012, p.11).
- <sup>8</sup> O patrimônio histórico-educativo deve ser avaliado como um reservatório para ilustrar às novas gerações o conhecimento dos modelos pedagógicos que formaram a prática e o ensino no passado, dos quais somos receptores, e assim, formar uma consciência de que toda educação é histórica, também a atual, que se mostra em avançadas tecnologias mas que, com o passar do tempo entrarão nos depósitos das “modernidades abandonadas”. ( Benito Escolano, 2012, p.
- <sup>9</sup> O Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, apresentou as exigências que as instituições de ensino secundário deveriam cumprir para receberem a certificação de equiparadas, entre elas, a da necessidade de ter seu corpo docente inscrito no Registro de Professores, segundo Art 45, II desse decreto.
- <sup>10</sup> A comissão era composta pelos professores Delgado de Carvalho, Adrien Delpech, Antenor Nascentes, Julio Nogueira, Oswaldo Serpa e Antônio Carneiro Leão. (Carneiro Leão, 1936).
- <sup>11</sup> As Instruções de 1901 oficializaram Método Direto para o ensino das Línguas Vivas no curso secundário nas escolas francesas. Entre seus artigos estão: a finalidade do ensino das línguas vivas na escola, o ensino da língua contemporânea e da língua falada dando ao aluno a posse real e efetiva do idioma estrangeiro, predominância de exercícios orais e aula dada no idioma estrangeiro. (Carneiro Leão, 1935, p.131).
- <sup>12</sup> As Instruções que dispõem sobre o novo sistema de ensino das línguas vivas no Colégio Pedro II foram publicadas no Diário Oficial de 9 de março de 1932, seguindo as recomendações do Decreto n. 20.833, de 21 de dezembro de 1931.
- <sup>13</sup> Livro: Relatório – Serviço de Inspeção – correspondências expedidas – Ginásio (1935).
- <sup>14</sup> O adjetivo “Científico”, segundo Chagas (1967), apareceu nas obras de Marchand, na França, de Palmer, na Inglaterra e de Ernst Otto, na Alemanha, nas primeiras décadas do século XX. Com ele, houve a proposta de um ensino científico para os idiomas aliando fatores psicológicos, linguísticos e pedagógicos. Em relação ao Método Direto, trouxe algumas alterações como a permissão, quando necessário, do uso do vernáculo, a possibilidade da prática de versão e tradução, a prática da leitura silenciosa, a utilização de quadros murais e discos como artefatos auxiliares.

**Fontes – Arquivos do Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora**

- Livro de Inspeção do Ginásio Feminino N.S. Auxiliadora – Termos de visita –Inspeção de 1934 a 1940.
- Livro de Relação do Corpo Decente -1934 a 1983.
- Livro com o Relatório para a Fiscalização Permanente – de 10 de outubro de 1937.
- Correspondências – Expedições do Ginásio. Inspeção de 1934 e 1935.
- Livro com o Regimento Interno de 1936.
- Livro Relatório de Inspeção de 1935.

**Referências**

- BRASIL. Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911. Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Legislação. (Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 02/09/2013).
- BRASIL. Decreto n.19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Legislação. (Disponível em:<http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 10/03/2013).
- BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil.
- BRASIL. Instruções para a execução do Decreto n. 20.833, de 21 de dezembro de 1931. DOU, de 9 de Março 1932 (Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 10/03/2013)
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do Ensino Secundário. (Disponível em:<http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 05/05/2013)
- BRASIL, Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. (Disponível em:<http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 10/05/2013)
- BRASIL, Portaria Ministerial n. 114, de 29 de janeiro de 1943. Instruções metodológicas para a execução do programa de Francês. (Disponível em:<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>. Acesso em: 09/06/2013)
- BRASIL, Lei n. 4.042, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 12/08/2013)
- CARNEIRO LEÃO, A. *O ensino das Línguas Vivas: seu valor, sua orientação científica*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935.
- CARVALHO, M.V.C. Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnâncias. In: GIL, N; ZICA, M. C; FARIA FILHO, L.M.(Orgs) *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos do Brasil –séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v.1.
- CHAGAS, V.C. *Didática especial das línguas modernas*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p.53-121.
- CHARTIER, Anne-Marie. Escolas, culturas e saberes. In: Xavier, L.N. *et al. Escola, culturas e saberes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 9-28.
- ESCOLANO BENITO. Las materialidades de la escuela ( a modo prefacio). In: GASPAR da SILVA, V. L.; PETRY, M.G.(orgs)*Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)*. Florianópolis: Insular, 2012, p.11-19.
- FORQUIN, J.C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradutora Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 144-173.
- GOODSON, I.F. *Currículo: teoria e história*. Tradutor Attílio Brunetta. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 139p.
- PICANÇO, D. C. de Lima. História, memória e ensino de espanhol (1942 – 1990). In: OLIVEIRA, M.A.T de, RANZI, S.M.F (orgs).*História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 255 – 298.
- RICHARDS, J.C; RODGERS, T.S. *Approaches and methods in language teaching*. 2ed. Language Teaching Library. Cambridge University Press, 2001.
- SILVA, Ministério da Educação e Cultura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - INEP*. Rio de Janeiro,1957. 268p.

- SOUZA, R.F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário*. Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2008. 319p.
- VECHIA, A; LORENZ, K.M (orgs). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998. 406p.
- ZOTTI, S.A. *O Ensino Secundário no Império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II*. Revista HISTEDBR, n.18, p. 25-44.jun.2005.

### **Correspondência**

**Marta Banducci Rahe:** Professora do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Dotoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

**Email:** banduccirahe@uol.com.br

**Eurize Caldas Pessanha:** Pesquisadora e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

**Email:** eurizep@hotmail.com

---

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização das autoras.

---